

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Correio BrazilienseClass.: Mineração 68Data: 09/06/85

Pg.: _____

Índio enfrentará invasores

Mineradora pode provocar confronto armado na Amazônia

Cerca de 40 mil índios, população estimada de 33 grupos que vivem às margens do rio Negro, no Amazonas, estão mobilizados para uma programada invasão de seus territórios pela empresa mineradora Parapanema. A investida contra as terras indígenas tem a autorização da Fundação Nacional do Índio, conforme denunciou ontem a União das Nações Indígenas (UNI), que adverte para a possibilidade de um confronto armado, caso a Parapanema concretize a sua intenção.

A Parapanema S/A desde 1980 opera nas terras dos índios Waimiri-Atroari, situadas naquele Estado, beneficiada por decreto do ex-presidente da República João Figueiredo, que reduziu a área em 526.800 hectares -- atendendo exclusivamente aos interesses da empresa -- e transformando a reserva em "área interdita temporariamente para fins de atração e pacificação dos índios Waimiri-Atroari", conforme Decreto 86.630/81.

Ao contrário dos Waimiri-Atroari, grupos indígenas como Tukano, Dessana, Tuiuka, Maku, Barassana, Merititapua, Wanãno, Bará, Piratapua, entre outros, garantem que o mes-

mo não acontecerá com suas terras, pois não admitirão que a empresa se instale em seus territórios. O alerta surgiu após reunião de lideranças indígenas, entre os últimos dias 3 e 5 deste mês, realizada em Manaus.

Nesse encontro os índios elaboraram documento denunciando a omissão e o descaso da Funai em relação às comunidades tribais do Amazonas e principalmente a inoperância de sua representação (1ª Delegacia Regional) que, com "seu batalhão de 211 funcionários, encabeçado pelo delegado Sebastião Amâncio, segue as mesmas pisadas dos seus antecessores marcados pelo regime militar, que nada fizeram e muito cometeram".

No Amazonas, conforme o documento, existem 144 áreas indígenas. Desse total apenas sete foram demarcadas, quatro precisam de nova demarcação e uma, apesar de demarcada, está invadida, o território Waimiri-Atroari. Assim, as lideranças afirmam que enquanto a Funai deveria ser executora de uma política indigenista, primando pela dignidade dos povos indígenas, e não uma agência de empreguismo, seus funcionários têm uma postura

de descaso que intranqüiliza as populações indígenas, favorecendo as constantes invasões de seus territórios.

Eles ressaltam que a Funai é importante nesse momento, "por isso queremos a sua reestruturação e que seja vinculada à Secretaria da Presidência da República e que se dê um basta à corrupção, punindo os corruptos. Sabe-se, hoje, que a Funai de Brasília tem um débito junto ao comércio daquela cidade de mais de um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros".

O documento, divulgado pela União das Nações Indígenas, faz ainda uma abordagem sobre os setores de saúde, educação, defende a reforma agrária e destaca a situação dos índios Yanomami e das populações que vivem na região do Alto Rio Negro. No aspecto da saúde, as lideranças afirmam que a Funai "continua agindo como bombeiro, que só se desloca para a área quando tem um surto ou grande epidemia. Na verdade, é muito mais um coveiro do que realmente bombeiro". Eles apontam como necessária a intensificação de campanhas de vacinação nas áreas indígenas, com acompanhamento sistemático. Segundo as lideranças, a

tuberculose e a onconcerose (doença que atinge diretamente os Yanomami) estão se alastando cada vez mais entre as comunidades indígenas.

Quanto ao setor educacional, diz o documento que "a luta dos povos indígenas em prol da educação deve ser entendida como prioridade fundamental, tendo por objetivo fortalecer a identidade étnica e organizar a resistência contra as diversas formas de contatos". Os índios do Amazonas, solidários aos trabalhadores do campo, defendem a reforma agrária e sugerem a expropriação dos latifúndios improdutivos.

A invasão dos territórios indígenas, situados na região do Alto Rio Negro, por empresas como a Gold Amazon, Taboca e Continental, foram denunciadas durante o encontro de Manaus. Apesar da região ser considerada área de mineração, as lideranças advertem que antes se trata de território indígena, compreendendo cerca de 6 milhões de hectares. Os índios lamentam que, apesar das constantes denúncias, falta uma ação efetiva da Funai, junto com os órgãos de segurança, para que seja garantida a sobrevivência dos povos afetados.